

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS.**

Julio Cesar Ubal Borrea

Dom Pedrito, RS

2014

JULIO CESAR UBAL BORREA

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em
Agronegócio da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Tecnólogo em Agronegócio.

Orientadora: Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde

Dom Pedrito, RS

2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B737a Borrea, Julio Cesar Ubal
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO - RS. / Julio
Cesar Ubal Borrea.
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO,
2014.

"Orientação: Alicia Ruiz Olalde".

1. Agricultura Familiar. 2. Desenvolvimento Rural. 3.
PRONAF. I. Título.

JULIO CESAR UBAL BORREA

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em
Agronegócio da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Tecnólogo em Agronegócio.

Orientadora: Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde

Trabalho defendido e aprovado em: 12 de Agosto, 2014
Banca examinadora:

Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde
Orientadora
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio.

Prof. Dr. Cleiton Stigger Perleberg
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio.

Prof. Dr. Claudio Ribeiro
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio.

“Dedico esse trabalho a minha família em especial a minha esposa que me ajudou e me incentivou com apoio e carinho”.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela graça e misericórdia, por ter me dado força para concluir mais esta etapa da minha vida.

Em especial a Professora Alicia Ruiz Olalde pela orientação e pelo apoio para que eu realizasse este trabalho e concluísse o curso.

Aos professores, minha gratidão pela forma de conduzir o curso em todas as etapas e que sempre foram grandes incentivadores e me auxiliaram muito para que conseguisse concluir com êxito mais essa etapa de minha vida.

Aos amigos, em especial ao Sr. Vanderson Gonçalves Rodrigues, que sempre permitiu que pudesse trabalhar em horários diferenciados, de modo a não faltar às aulas na Universidade.

A todos os colegas de curso pelo convívio e pelos momentos de amizade.

A minha família que sempre me incentivou para que eu nunca desistisse do meu sonho.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e conclusão do curso.

A minha esposa que nos momentos difíceis, me incentivou a permanecer com os estudos.

Aos funcionários da Emater, os quais disponibilizaram informações para que eu pudesse concluir este trabalho, da mesma forma o gerente do Banco do Brasil, o Sr. Madson Vinkler.

A Verdadeira coragem é ir atrás de seus sonhos mesmo quando todos dizem que ele é impossível.

Cora Coralina

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar, no âmbito do município de Dom Pedrito, a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para que se possa ter conhecimento acerca da contribuição que este programa proporcionou aos produtores rurais, através da oferta de crédito. Pretende-se analisar os impactos de sua aplicação, através dos recursos destinados aos agricultores do município, bem como analisar onde tais recursos estão sendo empregados e de que forma esse crédito rural, por ora utilizado, contribui para o desenvolvimento rural do município. O trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de elaborar um estudo que possibilitou oferecer informações sobre o objeto em questão, com a aplicação de um questionário aos produtores familiares que utilizam esse benefício, de modo que permitiu que se tenha uma visão geral do tema, bem como análise de dados secundários, oriundos da Emater/RS (Associação Rio-grandense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural). O estudo visa evidenciar em termos gerais, as melhorias nas condições de vida dos agricultores, com políticas destinadas para o meio rural, mais especificamente para pequenos produtores familiares. Foi objeto de estudo neste trabalho, a identificação do percentual de produtores rurais que não conseguiram quitar o pagamento dos investimentos junto ao banco, para a implantação de melhorias ou investimentos em sua propriedade, bem como foi realizado análise do montante de recursos percebidos pelos agricultores do município de Dom Pedrito, descrevendo em que setor está sendo empregado. Ao final da elaboração deste trabalho, constatou-se que o PRONAF proporcionou melhoria na qualidade de vida, na geração de renda, na produção e em especial, ficou caracterizado que se não houvesse a disponibilidade desse programa a realidade vivida pelos agricultores familiares seria muito diferente, inclusive estaria comprometida a permanência no campo destas famílias.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, PRONAF.

ABSTRACT

This study aimed to examine, within the municipality of Dom Pedrito, the implementation of the National Program to Strengthen Family Agriculture (PRONAF), so you can be aware of the contribution that this program provided to farmers through the provision of credit. We intend to analyze the positive impacts of their application, through the resources for the farmers of the county, as well as analyze where such resources are being used and how this rural credit, for now used, contributes to rural development of the municipality. The work was developed through an exploratory research, in order to prepare a study that enabled offer information about the object in question, with the application of a questionnaire to family farmers who use this benefit, so that allowed us to have a vision general theme, as well as analysis of secondary data derived Emater / RS (Rio Grande Association of Enterprises, Technical Assistance and Rural Extension). The study aims to highlight the work referred to in general terms, the improvements in the living conditions of farmers, with policies for rural areas, specifically for small family producers. Been studied in this work, the identification of the percentage of farmers who failed to settle the payment of the investment with the bank, for the implementation of improvements or investments in your property, as well as analysis was conducted of the amount of resources perceived by farmers municipality of Dom Pedrito, describing what industry is being employed. At the end of the elaboration of this work, it was found that PRONAF provided an improvement in quality of life, income generation, production and in particular was characterized that if there was not the availability of this program to reality experienced by farmers would be very different even would be committed to stay in the field of these families.

Keywords: family farming, rural development, PRONAF.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2011	45
Tabela 2 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2012	45
Tabela 3 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2013.	46
Tabela 4 - Nº de contratos e valor por atividade e tipo no município de Dom Pedrito PRONAF 2012	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Idade dos beneficiários.....	29
Figura 2 - Grau de Instrução dos agricultores.....	30
Figura 3 - Tamanho das propriedades.....	31
Figura 4 - Estabelecimento Rurais.....	32
Figura 5 - Mão de obra contratada.....	33
Figura 6 - Tipo de mão de obra.....	34
Figura 7 - Recursos financiados para qual atividade.....	35
Figura 8 - Custeio.....	36
Figura 9 - Investimento.....	36
Figura 10 - Em qual atividade foi utilizado o financiamento.....	37
Figura 11 - Empregado na lavoura.....	37
Figura 12 - Empregado na pecuária.....	38
Figura 13 - Instituição em que efetuou o financiamento.....	39
Figura 14 - Após efetuar financiamento a produção.....	39
Figura 15 - Mudanças na propriedade atribuídas ao PRONAF?.....	40
Figura 16 - - Houve mudanças na região com o PRONAF.....	41
Figura 17 - Melhorias com a implantação do PRONAF no município.....	41
Figura 18 - Opinião dos agricultores sobre o PRONAF.....	42
Figura 19 - Aspectos apontados pelos agricultores com necessidade de mudança.....	43
Figura 20 - Opinião dos agricultores a respeito do PRONAF como política pública.....	43
Figura 21 - Resposta dos agricultores a respeito se tiveram acompanhamento ou assistência técnica na propriedade.....	44
Figura 22 - Número de contratos junto a Emater.....	44

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	13
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4- METODOLOGIA	19
1.4.1 Caracterização da pesquisa	19
1.4.2 População e Amostra	20
1.4.3 Coleta de dados	21
1.4.4 Análise dos Dados Coletados	21
1.4.5 Limitações da Pesquisa	21
1.5 Estrutura do trabalho.....	22
2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 Histórico do PRONAF	23
2.2 Os beneficiários do PRONAF atualmente são classificados em grupos, conforme as seguintes condições:.....	24
2.3 O que é a Declaração de Aptidão ao PRONAF	25
2.4 São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP válida, as seguintes categorias sociais:.....	25
2.5 Linhas de crédito do PRONAF:	26
2.6 PRONAF infraestrutura.	28
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1 Média de idade dos beneficiários.	29
3.2 Grau de Instrução dos agricultores.	30
3.3 Tamanho médio das propriedades rurais.	31

3.4 Situação do estabelecimento rural familiar.	32
3.5 Propriedades com mão de obra contratada.	33
3.6 Tipo de mão de obra contratada.	34
3.7 Atividade em que os recursos foram empregados.	35
3.8 Destino dos financiamentos realizados junto ao PRONAF	36
3.9 Em qual instituição bancária foi realizado o financiamento.	39
3.10 Mudanças que ocorreram após o financiamento através do PRONAF	39
3.12 Quais aspectos o PRONAF deve mudar.....	43
3.13 Análise do PRONAF como política pública.....	43
3.14 Acompanhamento ou Assistência técnica na propriedade.....	44
3.15 Número de pessoas e número de contratos cadastrados junto a Emater.	44
3.16 Índice de endividamento dos agricultores junto às instituições financeiras.	45
3.17A atuação do PRONAF em Dom Pedrito.....	47
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS	54

1- INTRODUÇÃO

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004: p. 21-50), “no início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul”.

Como não existia, no início da década de noventa, política pública de crédito rural voltada para os agricultores familiares, que atendesse suas reais solicitações e necessidades para que pudessem permanecer produzindo, em especial aos da região sul do Brasil, fez com que estes agricultores passassem a pressionar o governo, como forma de obterem conquistas, relacionadas a crédito rural.

Dessa forma, este período foi decisivo e marcante no tocante à mudança no rumo agropecuário, para o desenvolvimento rural como um todo e fez com que o governo atendesse os anseios da classe dos trabalhadores rurais.

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004: p. 21-50), “essa conquista só se tornou possível, em razão de que houve movimentos sindicais dos trabalhadores rurais, justamente para fazer com que os governantes direcionassem recursos a categoria, a qual teve expressivo apoio da confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT)”.

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004: p. 21-50), “dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de Julho de 1996, com a finalidade de prover crédito agrícola e apoiar os pequenos produtores rurais. Segundo Kunrath e Schneider.(2004, p.1).

“o PRONAF é uma política pública que privilegia a gestão local de suas ações, dando forte ênfase ao papel dos municípios e das entidades da sociedade civil local como ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações, etc.. Neste sentido, pode-se dizer que este programa está em sintonia com outro processo

da maior importância para a sociedade brasileira, que diz respeito às transformações recentes nas formas de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado”.

Segundo o IBGE (2006), na região Sul do País, a agricultura familiar é predominante em número de estabelecimentos, os três Estados possuem 849.997 estabelecimentos rurais caracterizados como agricultores familiares, em uma área de 13.066.591 ha, sozinho, o Rio Grande do sul possui 378.546 estabelecimentos familiares em uma área de 6.171.622 ha.

No entanto, essas propriedades embora tivessem aplicação de técnicas e conhecimentos, para a produção agropecuária e agrícola, necessitavam que houvesse implantação de políticas públicas, para que fosse possível aquisição de novos equipamentos e maquinários, através de financiamentos para os agricultores familiares, que são considerados como aqueles que praticam atividades no meio rural e que atendam aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;

Para Mattei (2005), o PRONAF possui quatro grandes linhas de atuação: financiar a produção; financiar a infraestrutura e serviços municipais; capacitar e profissionalizar os agricultores familiares e financiar a pesquisa rural.

Uma característica muito importante do programa, é a taxa de juros, são as mais baixas, no mercado nos dias atuais, destinada aos agricultores familiares, disponibilizando recursos, visando promover o desenvolvimento rural sustentável, e em consequência, a permanência no campo, bem como fortalecendo a capacidade de produção na área rural, gerando mais empregos e maior geração de renda, proporcionando uma melhor condição de vida no campo, evitando diretamente que ocorra o êxodo rural.

O PRONAF, foi criado justamente para atender às necessidades dos pequenos produtores rurais que tinham dificuldade de acesso aos financiamentos do crédito rural, foi implantado em seu início, com a finalidade de custear apenas as lavouras, com taxas de juros

menores, naquele período as taxas eram consideradas altas, porém havia bônus aqueles agricultores que pagassem em dia o crédito por ora contratado.

Schneider, Silva e Marques (2004, p.21-50), afirmam que quatro objetivos específicos complementam o programa, sejam eles:

- a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) Viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) Elevar o número de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos;

Ao analisarmos as informações até o presente momento de como é o funcionamento do processo de operacionalização do PRONAF, e, entendimento de que este programa surgiu para que os pequenos agricultores pudessem dispor de recursos para implantação de melhorias em suas respectivas propriedades, é que se torna de suma importância a elaboração deste trabalho que tem a finalidade de compreender e através de análise, identificando no âmbito do município de Dom Pedrito, quais as melhorias que o programa trouxe aos agricultores e de que forma esta política, por ora adotada pelo governo, interferiu nas condições de vida do agricultor familiar, através dos financiamentos de crédito rural.

Este trabalho teve sua idealização a partir do momento em que passou a se discutir em sala de aula qual a importância da agricultura familiar para o município, razão pela qual surgiu a necessidade de entender como é o funcionamento do PRONAF.

A elaboração deste trabalho teve como objetivo fazer uma análise junto aos agricultores familiares, através da aplicação de um questionário que depois de analisado foi apresentado em forma de gráficos e tabelas demonstrando assim qual a importância deste programa na opinião dos agricultores.

A metodologia utilizada foi através de uma pesquisa exploratória, objetivando expor quais as mudanças ocorridas e também em que ordem de necessidade estes agricultores acredita que deve haver mudanças, de modo a melhorar em todos os aspectos o programa.

Através deste trabalho, foi possível identificar em qual atividade os recursos captados foram empregados, qual o montante de recursos que movimentou a economia do município e principalmente apresentar os índices de endividamento dos agricultores.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Dom Pedrito – RS, no período de 2011 a 2013.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Configurar os beneficiários;
- Analisar o montante de recursos captados e o destino dos recursos;
- Analisar o índice de endividamento.
- Analisar a contribuição dos recursos do PRONAF para o fortalecimento da agricultura familiar.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo foi desenvolvido com base em dados referentes ao município de Dom Pedrito, por tratar-se de um município, onde sua economia é baseada na produção do campo, tanto na pecuária quanto na agricultura, faz se necessário que haja soluções para que os agricultores de pequeno porte tenham a possibilidade de investir em suas propriedades rurais, de modo a alavancar seus próprios ganhos, sendo somente possível através do PRONAF, que possibilita aos pequenos produtores estimularem a produção própria e em consequência permite implantar outras culturas, além daquelas já existentes.

De tal maneira, é de suma importância a elaboração deste trabalho, com a finalidade de retratar, a forma como se dá todo o processo de operacionalização do PRONAF, no município, demonstrar quais os benefícios que o programa trouxe aos produtores, de que maneira houve melhoria nas propriedades.

Muito se escuta falar no programa PRONAF, através da mídia (televisão, rádio), no entanto, muito pouco se sabe, qual a sua real importância, e através deste estudo, procurar-se-á, explanar o que os produtores obtiveram com a possibilidade de fazerem financiamentos e as consequências com que atingem diretamente a sociedade, pois, com esta possibilidade, os produtores podem aumentar significativamente a renda, há inclusão social e econômica, especialmente no mercado de trabalho, outro item de fundamental importância que o programa permite é evitar que ocorra êxodo rural propiciando que as famílias permaneçam no campo produzindo.

No município, conforme dados recebidos através da EMATER, são 345 produtores que fizeram financiamentos através do programa PRONAF, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, para serem utilizados em suas propriedades rurais, nas mais diversas áreas, as quais serão descritas no presente trabalho, proporcionando demonstrar em que foram empregados os recursos que foram disponibilizados aos produtores locais, neste período houve um aporte financeiro disponível aos agricultores familiares, segundo dados da Emater na casa de R\$ 8.467.676,66 (oito milhões quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) para custeio ou investimento.

O PRONAF a cada ano passa por adaptações e novos processos como forma de aprimoramento e adequação à realidade dos agricultores, com a finalidade de melhor atender os agricultores, conforme a realidade de cada grupo. Segundo Abramovay e Veiga (1999: p. 14),

“o fator mais importante do PRONAF foi a institucionalização de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar, acarretando em uma “dimensão pública” inédita no país. Com isto, a institucionalização do PRONAF e sua propagação em todo o território nacional trouxeram um novo cenário para a disseminação do microcrédito no Brasil, em especial para atividades produtivas rurais”.

Segundo Bittencourt (2003), o microcrédito é uma modalidade de financiamento que tem como objetivo oferecer acesso, em condições especiais, a linhas de crédito para pequenos investidores. Abramovay (2006: p. 10),

“afirmou que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano *intelectual*, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das *políticas públicas*, principalmente após o lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias. No plano *social*, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar”.

Contudo, através da aplicação do questionário aos produtores que efetuaram o financiamento do crédito rural, foi possível justificar a realização deste estudo, e retratar de que forma o programa está contribuindo para fortalecer a agricultura familiar no município e em consequência, retratar através de dados referente a valores empregados nas propriedades rurais.

1.4- METODOLOGIA

Segundo Andrade (2005), metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento.

O trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa exploratória, que tem como finalidade familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, ao final da pesquisa, será possível conhecer mais sobre o assunto e se estará apto a construir hipóteses sobre o tema.

O presente estudo foi realizado através de uma amostra com 30 produtores rurais, que fazem parte dos que hoje se utilizam de financiamento do PRONAF e que estão cadastrados junto à EMATER, a esses foi aplicado um questionário.

Para a coleta de informações foi realizado uma busca de dados secundários em bases de dados do governo federal, como no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Banco Central, juntamente com dados fornecidos pelo Banco do Brasil e junto ao Sicredi, órgãos estes que fazem o financiamento para aqueles agricultores que se enquadram nos critérios do PRONAF para que possam dispor dos créditos.

A aplicação do referido questionário com agricultores locais permitiu colher informações acerca dos valores financiados, em que estes recursos foram empregados, constatou-se através deste questionário, informações precisas que proporcionaram conhecer e identificar as vantagens que o programa trouxe a estes agricultores, bem como expor as dificuldades com que se depararam no decorrer do processo de financiamento para a produção em sua propriedades rurais.

Também foi objeto de consulta para a elaboração deste trabalho, os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.4.1 Caracterização da pesquisa

As pesquisas podem ser classificadas em quantitativas e qualitativas neste trabalho foi utilizado o método de pesquisa quantitativa.

Conforme Lakatos (2003) a razão para se conduzir uma pesquisa quantitativa é descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou grupo de características.

Para Mattar (1997) “a pesquisa qualitativa identifica a presença ou ausência de algo, enquanto a quantitativa procura medir o grau em que algo está presente”.

A caracterização da pesquisa neste trabalho é a modalidade quantitativa, explorando números extraídos de pesquisas de campo e levantamento de dados de órgãos públicos.

1.4.2 População e Amostra

As informações obtidas para a elaboração deste trabalho foram disponibilizadas pela Emater – Dom Pedrito, onde foi constatado que a população de beneficiários que efetuaram o financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi de 345 contratos, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, no entanto ficou caracterizado que uma mesma pessoa efetuou mais de um financiamento, resultando então a população de 221 pessoas (beneficiários) que aderiram ao programa.

Com base nestas informações, foi aplicado um questionário a 30 produtores familiares que fazem parte de uma população que utilizaram o financiamento através do PRONAF para que, de forma voluntária, colaboraram para a elaboração deste trabalho. Através da relação dos nomes dos beneficiários, que foi fornecida pela Emater, houve a necessidade de localizar estes produtores da agricultura familiar com o intuito de aplicar um questionário de forma que posteriormente fosse possível fazer uma análise das informações ali repassadas.

A localização dos beneficiários não foi tarefa fácil, em razão de que estavam na área rural do município, e muitas vezes a vinda a cidade ocorre a cada quinze dias. No entanto, mesmo com a grande extensão rural do município, foi possível localizar alguns agricultores na área rural, para que estes respondessem as perguntas ali especificadas.

Devido a esta dificuldade, houve a necessidade de completar os 30 entrevistados com a localização em suas respectivas residências na área urbana.

No município de Dom Pedrito, segundo dados do Censo Demográfico (2006), existe 713 estabelecimentos rurais que desenvolvem suas atividades tendo como característica a agricultura familiar, numa área compreendida de 22.683 ha de terra, provavelmente nem todos tomaram financiamento, ou muitos o fizeram antes de 2011, uma vez que os dados disponibilizados foram de 2011 a 2013.

1.4.3 Coleta de dados

Este trabalho teve início em 2013 e a base dos dados foi principalmente a coleta através de Pesquisa com questionário de questões fechadas, aplicado aos produtores rurais e pesquisa em órgãos públicos, sendo que nesta fase que se reúnem os dados necessários, onde foi utilizada a técnica de tabulação de dados, para elaboração dos resultados. Mas as entrevistas, no entanto, foram realizadas em 2014, mais especificamente no mês de Junho.

A informação referente a índices de inadimplências foi disponibilizada pela instituição financeira, Banco do Brasil, a qual libera recursos para serem aplicado pelos agricultores que se enquadrem nos requisitos necessários para tirar financiamento.

1.4.4 Análise dos Dados Coletados

Para Gil (1991, p. 122), após a coleta de dados, faz-se necessária a análise dos mesmos, entretanto, o planejamento anterior a essa análise deve ter sido feito antes mesmo da coleta dos dados. Este procedimento auxilia o pesquisador e evita que sejam feitos gastos desnecessários, além do que, possibilita ao pesquisador prever os gastos necessários para a realização da pesquisa.

Os dados apresentados na forma de tabela e de gráficos, os quais após serem analisados, serão interpretados e estas análises serão elaboradas e transcritas ao decorrer das exposições gráficas e das respectivas tabelas que farão parte do trabalho em questão.

1.4.5 Limitações da Pesquisa

As principais limitações encontradas durante a realização deste trabalho se devem a dificuldade em se descobrir quais são os beneficiários que realmente residam na área rural, ou seja, aqueles beneficiários que tenham como moradia permanente existente no campo, na área rural do município, muito embora, os entrevistados neste trabalho, praticamente moram na área rural, vindo apenas na cidade, uma vez por semana ou a cada quinze dias, ao menos, devido a necessidade de permanecerem em suas respectivas propriedades com a finalidade de dar continuidade no processo produtivo.

No entanto, acreditamos que estas limitações não modificaram o resultado deste trabalho que teve sua principal fonte de dados através de pesquisas diretas, que foram aplicados aos agricultores rurais envolvidos diretamente no processo produtivo de suas respectivas propriedades rural.

Para Vergara (1997, p.59) “todo método tem possibilidades e limitações”. Sendo assim, é conveniente antecipar-se a possíveis críticas dos leitores, informando que houve neste trabalho limitações, mas que não modificaram o seu resultado final.

1.5 Estrutura do trabalho

Esta seção tem por objetivo apresentar brevemente os capítulos que abrangem este trabalho. No primeiro capítulo explanam-se a idéia do trabalho, sua introdução, objetivos, justificativa e metodologia onde se caracteriza a pesquisa, coleta e análise de dados e interpretação de dados.

No capítulo 2 está abrangendo a revisão bibliográfica, sendo essencial para desenvolver o trabalho, pois descreve a fundamentação teórica das principais conceituações e discussões abordadas no próximo capítulo.

No capítulo 3 estão apresentados os resultados do trabalho, a partir do desenvolvimento do estudo, feito com questões fechadas. Também inclui as discussões, onde se confronta as principais idéias dos autores trabalhados, e os resultados obtidos nas pesquisas de campo.

O capítulo 4 envolve as considerações finais desenvolvidas no estudo em função dos resultados e discussões encontradas permitindo finalizar o estudo e verificar o cumprimento dos objetivos propostos inicialmente. Na seqüência ainda se encontram as referências utilizadas.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Guanziroli (2002: p. 2),

“após todos esses anos em execução, não resta nenhuma dúvida de que o programa se estendeu consideravelmente por todo o território nacional, ampliando o total de recursos financeiros, através da utilização de programas especiais possibilitando atender a todas as categorias, as quais almejavam a contemplação de uma política pública com a finalidade de os agricultores familiares investirem em infraestrutura na região em que estão inseridos”.

A agricultura familiar, que, tinha dificuldades até então, em ter acesso aos benefícios das políticas públicas, procurava, no entanto, valorizar o trabalho empreendido no âmbito familiar e centrado com o fim de produzir alimentos para o próprio consumo.

O que é fortemente evidenciado pelo fato de que a agricultura familiar no país é responsável por 70% de tudo o que é produzido, demonstrando desta maneira a sua importância para a riqueza do país, e especialmente por disponibilizar alimentos a toda a população, uma vez que com o passar dos anos, se faz necessário produzir mais alimentos, em face ao aumento da demanda.

O Rio Grande do Sul em quantidade de municípios é o terceiro maior do país, no entanto, quando falamos em números de contratos e em valores financiados por intermédio do PRONAF, corresponde a 40,30% e a 38,54% respectivamente no país, é o Estado que mais efetua financiamento para ser empregado pelos agricultores familiares.

2.1 Histórico do PRONAF

Em 1995 iniciou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com taxa de juro de 16% ao ano, disponibilizando crédito para custeio e investimento àqueles agricultores que apresentassem a declaração de aptidão, no ano seguinte, em que foi institucionalizado o Programa através do decreto nº 1946 de 28/06/1996.

Ao longo dos anos foi introduzida uma série de mudanças no sentido de favorecer o acesso dos agricultores ao crédito, como redução da taxa de juros, aumento dos limites de financiamento e criação de linhas especiais. As principais mudanças foram as seguintes:

- Redução da taxa de juro para de 12% ao ano, ampliando o limite de crédito tanto individual quanto coletivo.

- Em 1997 houve a inclusão de novos beneficiários como pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores e nova redução da taxa de juros (6,5% ao ano), sendo instituídas novas linhas de financiamentos.

- Em 1998 nova redução da taxa de juros (5,75% ao ano).

- Em 1999 houve a classificação dos beneficiários do PRONAF em grupos, A, B, C e D, para fins de acesso ao crédito, com possibilidade de fazer financiamento a atividades não agrícolas.

- No ano de 2000, nova redução de taxa de juros (4% ao ano), com a criação de custeio especial aos assentados da reforma agrária e aos beneficiários do programa de crédito fundiário.

- Em 2001 ocorreu a ampliação dos limites de financiamentos, bem como aumento do período de carência para 05 anos para projetos de investimentos.

- Em 2002 aconteceu a elevação do limite de crédito em projetos iniciais aos beneficiários do grupo "A".

- Em 2003, houve a implementação de medidas de simplificação e racionalização dos contratos, permitindo renovações por até 05 anos, nesse período foi criado o PRONAF semi-árido, PRONAF floresta e o cartão PRONAF.

- Em 2004 inclusão de novas linhas de financiamento, como o PRONAF mulher, jovem e a inclusão do PRONAF grupo "E".

- Em 2008, unificação dos grupos C, D e E para acesso aos programas.

Atualmente, os beneficiários do PRONAF, estão classificados em grupo "A", "B" e "A/C" e agricultores familiares.

2.2 Os beneficiários do PRONAF atualmente são classificados em grupos, conforme as seguintes condições:

- **Grupo "A":** assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF;

- **Grupo "B":** beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente;

- **Grupo "A/C":** assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que: tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; Do ponto de vista das condições operacionais do programa, estabeleceram um conjunto de valores diferenciados por categorias de agricultores(as) familiares. Essa diferenciação entre os diversos segmentos permite que as condições de financiamento sejam mais adequadas à realidade de cada um deles.
- **Agricultores familiares:** os quais já foram especificados anteriormente neste projeto.

2.3 O que é a Declaração de Aptidão ao PRONAF

É um documento que identifica os beneficiários do PRONAF, bem como traz suas características, como condição do agricultor (proprietário, parceiro, posseiro, assentado, área da propriedade, predominância do trabalho familiar e renda familiar), para que possa efetuar o financiamento, a DAP deve ser apresentada, é fornecida gratuitamente junto as entidades que são credenciadas junto ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), no município, os agricultores interessados em fazer financiamento, devem dirigir-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ou a sede da empresa de assistência técnica, EMATER no caso do Rio Grande do Sul, onde serão instruídos quanto ao procedimento que devem adotar para que possam utilizar este benefício concedido pelo governo.

2.4 São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP válida, as seguintes categorias sociais:

- Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- As pessoas físicas e jurídicas que exercem a atividade pesqueira (pesca ou aquicultura) devem apresentar comprovante de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), conforme normas específicas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
- Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque rede;

- Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- Os que se enquadrem, no que couber nas condições gerais de beneficiário e que sejam:
- Extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;
- Integrantes de comunidades quilombolas rurais;
- Povos indígenas;
- Demais povos e comunidades tradicionais.
- Não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

O PRONAF possui características que abrangem impactos no âmbito em que está inserido, tanto socialmente como economicamente falando, pois é capaz de proporcionar que estes agricultores gerem empregos, dando condições reais de a família ampliar e ao mesmo tempo qualificar suas atividades, seja ela agrícola ou não agrícola que sejam especialmente geradoras de renda.

Segundo Cardoso (1987, p 56) cita quatro características da agricultura familiar: “acesso estável à terra; trabalho predominantemente familiar, auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas”.

Segundo Toledo e Oliveira (2012: p. 4),

“o crédito do PRONAF é constituído pelas linhas de custeio e de investimento. A linha de PRONAF custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos. Sua principal utilização é para aquisição de insumos, horas máquina para o plantio, limpa da lavoura e depois pra colher a produção. Já o PRONAF investimento é destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. A linha investimento é diversificada, apresentando as modalidades de: PRONAF agroindústria, PRONAF agroecologia, PRONAF eco, PRONAF floresta, PRONAF semi-árido, PRONAF mulher, PRONAF jovem, PRONAF mais Alimento”.

2.5 Linhas de crédito do PRONAF:

- **PRONAF Custeio:** destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF.

- **PRONAF Mais Alimentos – Investimento:** destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

- **PRONAF Agroindústria:** linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

- **PRONAF Agroecologia:** linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

- **PRONAF Eco:** linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

- **PRONAF Floresta:** financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

- **PRONAF Semiárido:** linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

- **PRONAF Mulher:** linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

- **PRONAF Jovem:** financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

- **PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares:** destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

- **PRONAF Cota-Parte:** financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

- **Microcrédito Rural:** destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

2.6 PRONAF infraestrutura.

Outra modalidade de PRONAF que não representa crédito diretamente para o produtor rural, mas que vai beneficiá-lo foi o PRONAF infraestrutura.

Para Lima Neto (2000), os objetivos do PRONAF infraestrutura e serviços municipais buscavam estimular a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infraestrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar, tais como: recuperação de estradas vicinais, linha tronco de energia elétrica, construção de armazéns comunitários e obras hídricas de uso coletivo. Essa linha do PRONAF visou contribuir para eliminar gargalos que estejam retardando ou impedindo o desenvolvimento de zonas onde predomina a agricultura familiar, promovendo melhorias nos canais de escoamento da produção, no acesso a novas tecnologias e na competitividade no mercado. Atualmente, estes recursos estão fora do âmbito do PRONAF e são gerenciados pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT).

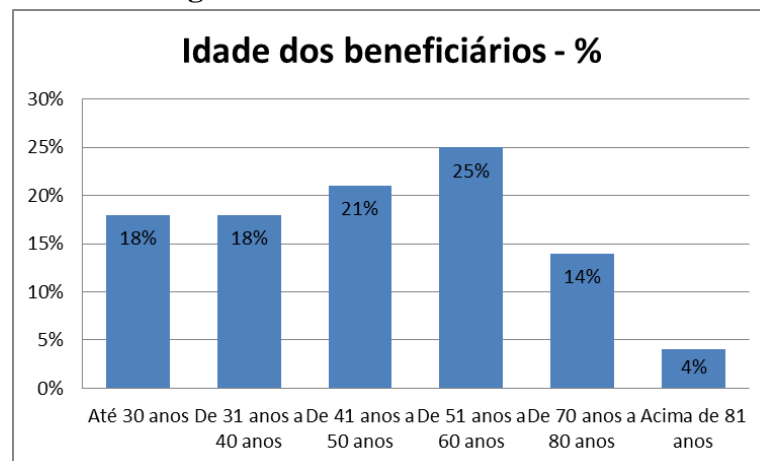
3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois da aplicação do questionário aos agricultores do município de Dom Pedrito, foi possível analisar as respostas e interpretá-las através de gráficos e tabelas, o que nos permitirá visualizar se a implantação do PRONAF trouxe melhorias para os agricultores familiares que fizeram financiamento. Os entrevistados descreveram suas opiniões acerca do funcionamento do PRONAF no município, e estas respostas serão expostas para que o leitor possa interpretar e entender o que significa este programa para os agricultores, que dependem e muito de apoio dos governantes para que possam produzir e tenham a oportunidade de investirem em melhorias e em novas tecnologias fazendo com que a região tenha desenvolvimento que traga reflexos positivos para o município.

Para que se pudesse chegar a estes resultados que serão demonstrados ao decorrer deste trabalho, foi necessário aplicar questionários a 30 produtores rurais que efetuaram financiamento através do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar nos últimos três anos.

3.1 Média de idade dos beneficiários.

Figura 1 - Idade dos beneficiários.



Fonte: Autoria própria.

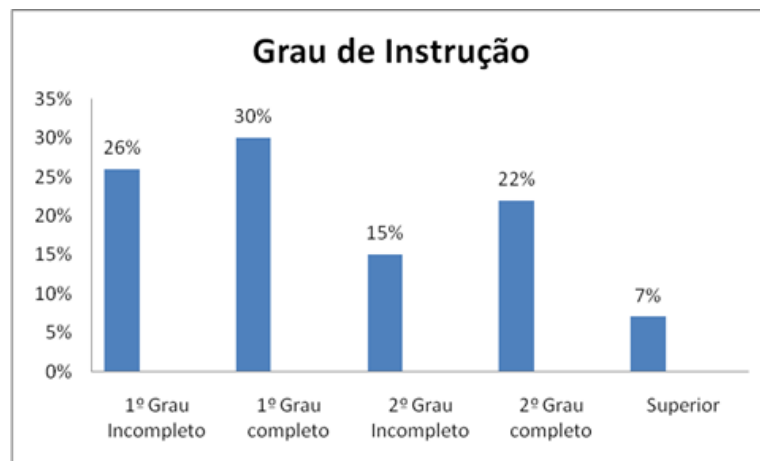
Com a aplicação do questionário aqueles agricultores familiares que aderiram ao financiamento do PRONAF, após análise dos dados coletados, foi possível constatar que a média de idade dos beneficiários é de 48 anos. A maioria dos entrevistados está na faixa de idade compreendida entre 51 a 60 anos, ou seja, 25% da amostra estão classificados nesta faixa etária, enquanto que, os beneficiários com até 30 anos de idade correspondem a 18% da amostra. Aqueles que têm idade compreendida entre 31 e 40 anos corresponde a 18% do total

de entrevistados; outros 21% estão na faixa entre 41 e 50 anos de idade; 14% da amostra concentram-se na faixa etária de 71 a 80 anos de idade e a menor parte da amostra, ou seja, 4% têm idade superior a 81 anos.

3.2 Grau de Instrução dos agricultores.

Sabemos que o trabalho no campo exige muito esforço por parte das pessoas envolvidas no processo e é importante sabermos qual é o grau de instrução destes agricultores, muito embora, foi constatado que a média de idade é de 48 anos e que a dedicação é exclusiva para o trabalho, a figura 2, irá nos relatar exatamente quanto a questão de estudo destes agricultores.

Figura 2 - Grau de Instrução dos agricultores



Fonte: Autoria própria.

A figura 2, foi elaborada tendo como base os dados coletados através da aplicação do questionário aos agricultores familiares deste município, demonstrando o grau de instrução destes agricultores, no entanto, constatou-se que a maioria dos entrevistados possuem o ensino fundamental completo.

Como podemos apurar através da figura, aqueles que não possuem o ensino fundamental completo correspondem a 26% dos entrevistados, no entanto, quando comparado com aqueles que possuem o ensino médio completo ou não este percentual é maior.

Com ênfase nestes dados coletados e disponibilizados após sua tabulação, há de se preocupar com estas informações, na medida em que se faz necessário aos agricultores estarem interligados com as novas tecnologias e com as novas práticas que surgem com a finalidade de melhorar a produção, proporcionando ao agricultor a utilização de novos métodos, visando produzir alimentos com melhor qualidade, no entanto da amostra de

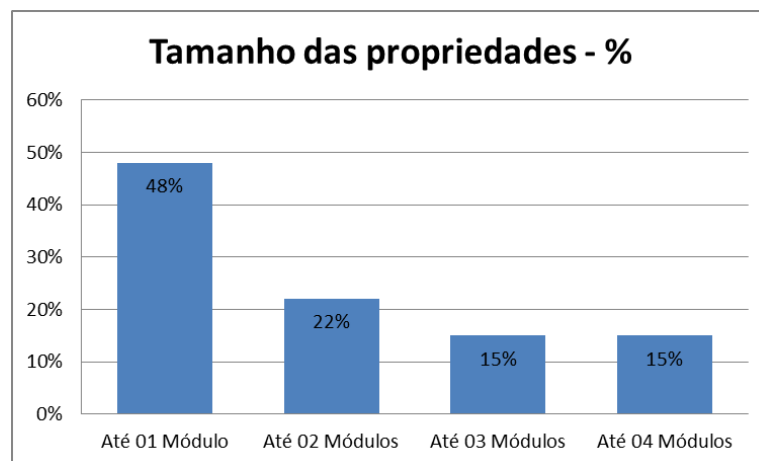
entrevistados para a concretização deste trabalho, a minoria destes possuem formação média ou superior.

No que tange aos sucessores destes produtores rurais, com a amostra coletada, fica a preocupação dos entrevistados no que diz respeito a quem irá substituir os afazeres da propriedade, uma vez que a média de filhos destes agricultores familiares ficou em 1,7 filhos por família, para administrarem as propriedades rurais, ou seja, numa atividade típica no âmbito familiar o número de filhos não chega a 02 (filhos) e estes serão os encarregados de dar prosseguimento as atividades ali desenvolvidas.

3.3 Tamanho médio das propriedades rurais.

Outra característica importante a se descrever no projeto é o tamanho das propriedades destinada ao trabalho familiar no município que será analisado e nos retratará a realidade com que os agricultores convivem no dia a dia como forma de gerarem renda e conseqüentemente aumentarem a produção após o financiamento pelo PRONAF.

Figura 3 - Tamanho das propriedades.



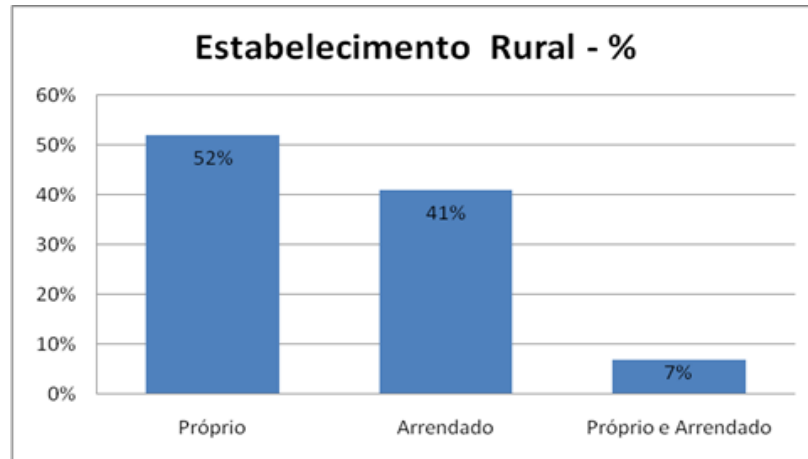
Fonte: Autoria própria.

Como podemos visualizar através da figura 3 a maioria dos entrevistados possuem o equivalente a um módulo, ou seja, área corresponde até 28 há para desenvolverem suas atividades no âmbito familiar, outra parte considerável possuem área que corresponde até 56 há para produção seja ela agrícola ou pecuária. A minoria da população em questão possui entre três até quatro módulos de área.

3.4 Situação do estabelecimento rural familiar.

Aqui será repassado aos leitores deste trabalho a situação em que se encontram os estabelecimentos dos agricultores familiares no município, informando as características e a realidade local no processo produtivo.

Figura 4 - Estabelecimento Rurais.



Fonte: Autoria própria.

A figura 4 demonstra que 52% dos agricultores que efetuaram financiamento para ter acesso ao PRONAF, são donos da propriedade em que estão inseridos no processo produtivo, no entanto, outra grande parcela dos entrevistados utiliza-se da forma de arrendamento para poderem produzir e ao final de determinado período conforme prevê o contrato de arrendamento, deve fazer o pagamento pela utilização daquela propriedade, fazendo com que tenham uma preocupação a mais que é quitar essa conta.

A menor parte dos entrevistados além de serem donos de propriedades, tiveram a necessidade de arrendar para suprir a demanda de produção, uma vez que havia a necessidade de aumentar sua áreas produtivas em face de uma melhor adequação a realidade em que vivem, visto que nos dias atuais é necessário que os agricultores tenham assessoramento na propriedade com a finalidade de que não cometa erros que possa comprometer toda a produção, fazendo com que este passe por dificuldades nos períodos subsequentes. Os beneficiários que tiveram a necessidade de fazer arrendamento com a finalidade de produzir ou até mesmo para aumentar a produção, foi possível constatar que a maior parte dos que fizeram o financiamento para investimento, utilizaram para a aquisição de máquinas e equipamentos bem como para a compra de animais bovinos, agora aqueles que direcionaram-se para custeio, empregaram os recursos na plantação de arroz, soja e na compra de insumos.

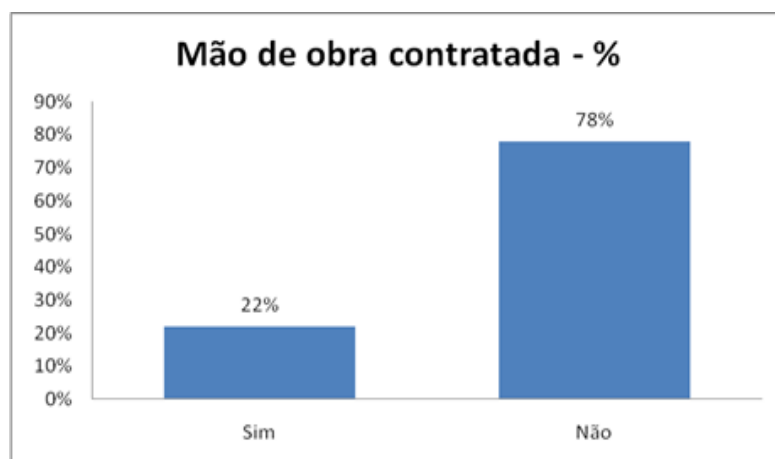
O município de Dom Pedrito de acordo com os dados do último Censo Agropecuário (2006), conta com 1.410 estabelecimentos agropecuários predominando a condição de proprietário, com 82,26% dos estabelecimentos, seguida pela condição de arrendamento, com 13,40% das unidades. A figura 4 demonstra que o arrendamento é de 41%, percentual este que quando comparado com os dados do Censo Agropecuário (2006) com referência ao município é bem diferente. A questão é que quando pensamos em arrendatários geralmente pensamos que possuem capital e na amostra, percebe-se que os agricultores familiares também arrendam, fica então uma questão que pode ser levantada em pesquisas futuras, será que o PRONAF está favorecendo o acesso a terra destes arrendatários?

No que diz respeito a participação dos membros da família que estejam envolvidos no processo produtivo, a média de pessoas entre os agricultores familiares entrevistados é de 2,2 pessoas, para desenvolver as respectivas atividades necessárias para atender todas as etapas e necessidades que o processo exige, ou seja, a mão de obra que irá ficar responsável pela atividade, seja ela no setor pecuário ou no setor agrícola.

3.5 Propriedades com mão de obra contratada.

Durante entrevista com um agricultor este relatou da necessidade em ter mão de obra contratada na propriedade, mas que não possuía recursos para tal finalidade o que lhe causaria muita dificuldade durante o processo, será descrito essa situação da necessidade ao qual enfrentam na figura a seguir.

Figura 5 - Mão de obra contratada.



Fonte: Autoria própria.

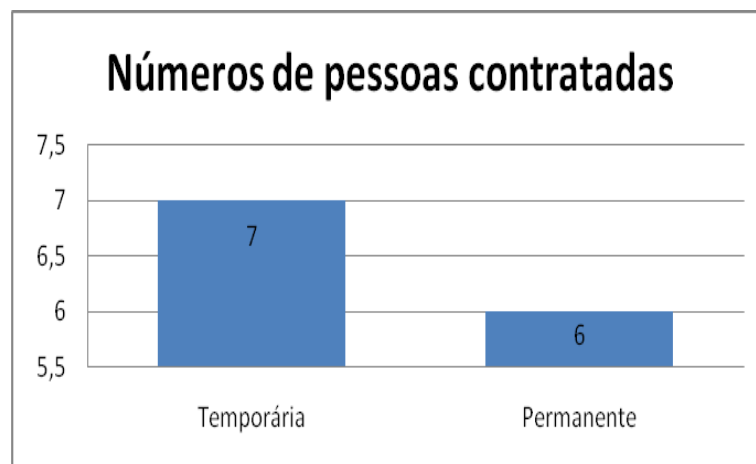
A figura 5 faz menção à pergunta que foi aplicada aos agricultores quanto se estes possuem mão de obra contratada no processo produtivo. Como se pode verificar, a grande

maioria dos entrevistados afirmaram que não há como contratar funcionários, que não possuem poder aquisitivo para pagamento de salário. Agora 22% dos entrevistados possuem mão de obra contratada para serem utilizados nas respectivas propriedades no âmbito da agricultura familiar no município, os quais totalizam a quantia de 13 pessoas contratadas envolvidas no ramo da pecuária ou da agricultura.

3.6 Tipo de mão de obra contratada.

É importante ressaltar o tipo de mão de obra que está sendo utilizada nas propriedades como forma de esclarecer aos leitores a importância relevante para a economia local do município, com a criação de emprego na área rural.

Figura 6 - Tipo de mão de obra.



Fonte: Autoria própria.

A figura 6 nos demonstra que do total de mão de obra contratada a maioria dos empregados são temporários, enquanto que a menor parcela dos trabalhadores contratados trabalham permanentemente, ou seja, são funcionários contratados dentro das exigências legais trabalhistas.

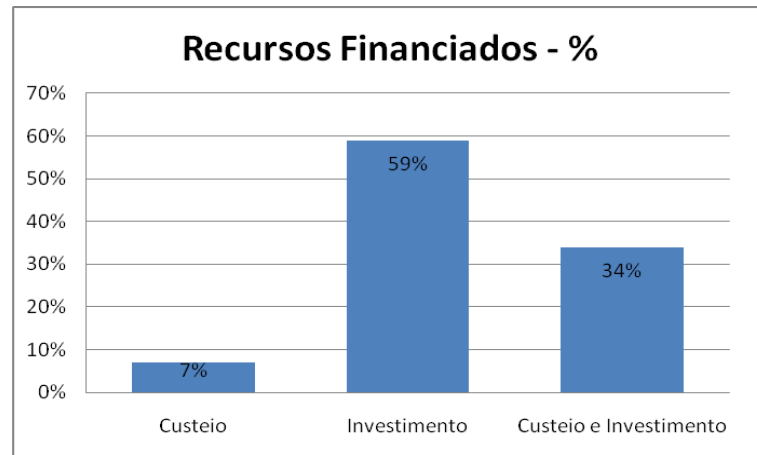
Os agricultores familiares, mesmo com a possibilidade de poder contratar até dois empregados permanentes e poder utilizar-se do PRONAF, a maioria não está nessa condição, contratando apenas mão de obra temporária.

Após análise dos dados obtidos através da entrevista realizada com os agricultores familiares, foi possível concluir que a média de recursos financeiros da amostra, que cada agricultor dispunha para aplicação (empréstimo) no setor em que desempenha suas atribuições, ficou no valor de R\$ 29.170,00 (vinte e nove mil cento e setenta reais).

3.7 Atividade em que os recursos foram empregados.

Neste ítem será descrito a qual atividade os agricultores utilizaram os recursos financiados em seus estabelecimentos rurais.

Figura 7 - Recursos financiados para qual atividade.



Fonte: Autoria própria.

A figura 7 traz informações acerca do destino dos valores financiados, os quais foram para serem empregados na atividade produtiva das propriedades rurais, com o objetivo de retratar em que atividade estes recursos foram disponibilizados.

Ao analisar a resposta dos agricultores, chegamos a conclusão de que a menor parte dos entrevistados fizeram financiamento através do PRONAF com a finalidade de aplicar os recursos na atividade custeio (compra de insumos, sementes, fertilizantes).

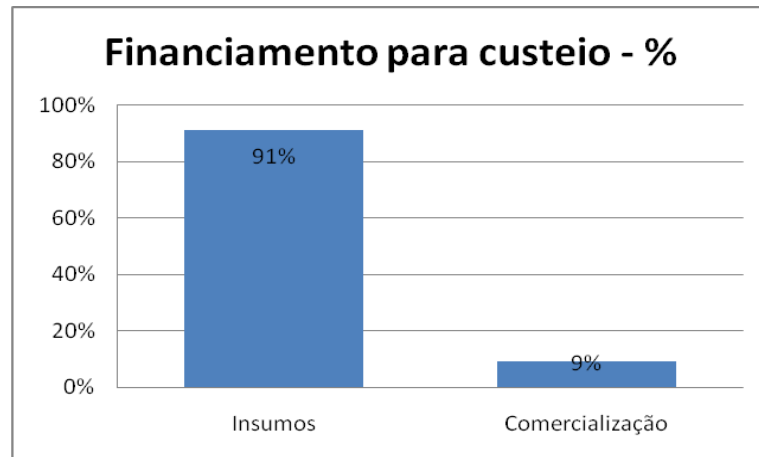
No que diz respeito a atividade de investimentos a maioria dos entrevistados, conforme podemos verificar, utilizaram os recursos financiados para essa atividade, outra característica importante que deve ser dito, é que os agricultores efetuaram dois financiamentos, seja para custeio ou investimento e essa parcela de beneficiários corresponde a segunda maior parcela no que tange aos recursos financiados.

Há a necessidade de se especificar exatamente em que estes recursos foram destinados, isso será abordado em gráficos posteriores, com a finalidade de trazer ao leitor deste trabalho, dados que reflitam a realidade da nossa região, bem como a situação em que os produtores rurais ligados ao campo e que tiveram a necessidade de efetuar financiamento junto aos órgãos públicos, através do PRONAF.

3.8 - Destino dos financiamentos realizados junto ao PRONAF

Aqui será descrito no que foram empregados os recursos obtidos através dos financiamentos.

Figura 8 - Custeio

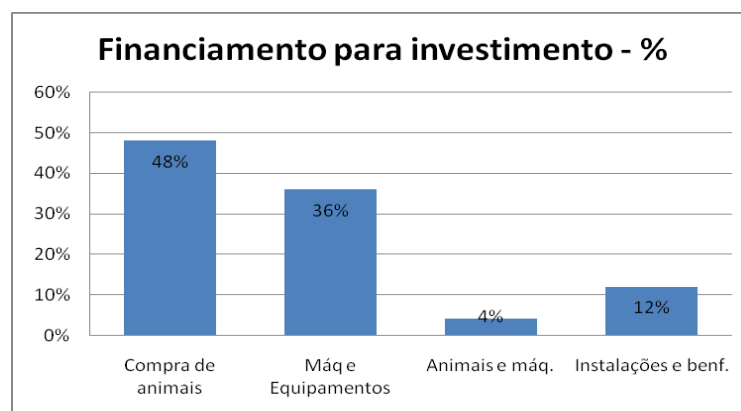


Fonte: Autoria própria.

A figura 8 diz respeito ao financiamento elaborado para ser aplicado na atividade custeio, do percentual dos entrevistados que utilizaram para esta finalidade a grande maioria dos agricultores, foi para ser aplicado na aquisição de insumos para a lavoura, enquanto que a menor parte dos entrevistados utilizaram com a finalidade de aplicar na comercialização.

No que diz respeito a atividade de investimento, após análise das respostas dadas pelos agricultores familiares, foi elaborada a figura 9 com a finalidade de demonstrar no que foram aplicados tais recursos.

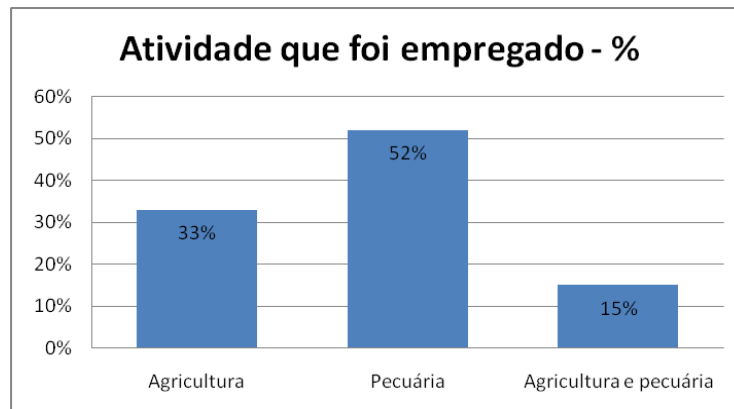
Figura 9 - Investimento



Fonte: Autoria própria.

Foi possível elaborar esta figura 9 após análise dos questionários, onde constatou-se que a maior parte dos entrevistados empregaram os recursos na compra de animais, outra parcela significativa utilizaram o financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, de forma a melhorar o processo produtivo da propriedade a menor parte dos produtores rurais, efetuaram o financiamento para compra de animais, máquinas e equipamentos respectivamente, enquanto que outros 12% tiveram a preocupação em investir em instalações e benfeitorias nas respectivas propriedades.

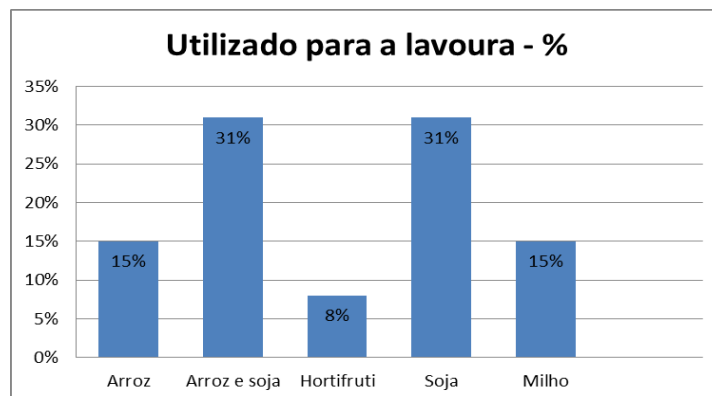
Figura 10 - Em qual atividade foi utilizado o financiamento.



Fonte: Autoria própria.

A figura 10, retrata as respostas dos produtores, aos quais foi perguntado para que atividade o financiamento foi realizado, onde foi possível constatar que a maioria dos agricultores, utilizaram os recursos para serem aplicados na pecuária, quase que nos mesmos índices, mas um pouco a menos dos entrevistados responderam que o financiamento foi necessário com a finalidade de investir no ramo da agricultura, no entanto, dentre estes produtores há aqueles que utilizaram o financiamento para empregar tanto na agricultura como na pecuária respectivamente.

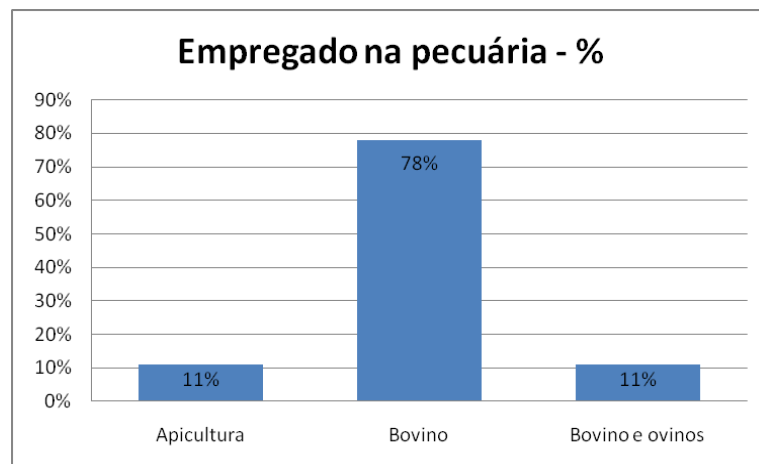
Figura 11 - Empregado na lavoura.



Fonte: Autoria própria.

Daqueles produtores rurais que efetuaram o financiamento através do PRONAF, no município, de Dom Pedrito, com a finalidade de investimento na área da agricultura, a figura 11 retratará em que tipo de cultura propriamente dita, estes recursos foram empregados, sendo então, após análise dos questionários obtido as seguintes informações, dois itens se destacaram na utilização dos recursos, a cultura da soja e conjuntamente arroz e soja concomitantemente respondem pelos maiores investimentos no setor, a cultura somente do arroz e a do milho apresentam os mesmos índices no que diz respeito a investimento, outro item que foi constatado através do questionário diz respeito ao ramo do hortifrutigranjeiro, informação esta muito importante, porém os financiamentos seguem o mesmo padrão produtivo da região, uma vez que os agricultores empregam os recursos nas mesmas culturas. No entanto, têm algumas atividades que indicam certa diversificação, como a apicultura, horticultura, trazendo uma nova realidade, em face da necessidade dos agricultores implantarem novas culturas com a finalidade de diversificar a produção como uma forma de gerar mais recursos para a agricultura que está sendo desenvolvida.

Figura 12 - Empregado na pecuária



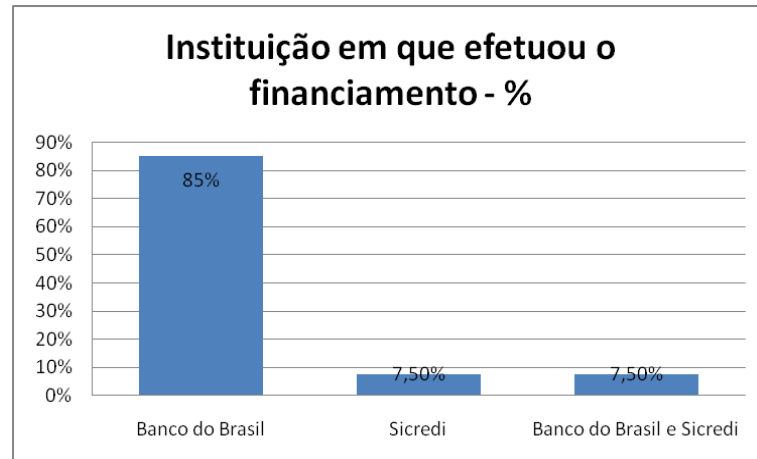
Fonte: Autoria própria.

A figura 12 diz respeito aos recursos utilizados no setor pecuário, quando os respectivos entrevistados responderam a pergunta referente a pecuária, onde foi constatado que a maior parte dos beneficiários empregaram os recursos financiados para a aquisição de bovinos, no entanto, outras duas características foi retratado pelos entrevistados, nos mesmos índices da amostra na utilização dos recursos para a aquisição de bovinos e ovinos e também para ser empregado no setor de apicultura.

3.9 – Em qual instituição bancária foi realizado o financiamento.

Será descrito a instituição em que os agricultores realizaram o financiamento.

Figura 13 - Instituição em que efetuou o financiamento.

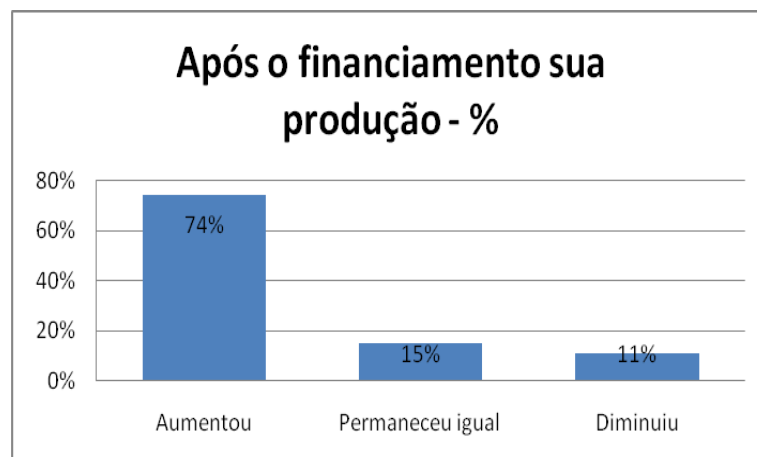


Fonte: Autoria própria.

A preferência dos produtores rurais para efetuarem o financiamento ficou evidenciado através da análise da figura 13, visto que a maior parte dos entrevistados decidiram encaminhar a solicitação de financiamento junto a instituição Banco do Brasil; a menor parcela, porém nos mesmos índices, fizeram o financiamento junto a cooperativa Sicredi e também realizaram seus financiamentos no Banco do Brasil e no Sicredi respectivamente. Isto está de acordo com os dados gerais, de predomínio das instituições públicas, mas não deixa de ser interessante a participação do cooperativismo de crédito no PRONAF. Era uma reivindicação antiga participar do PRONAF.

3.10 – Mudanças que ocorreram após o financiamento através do PRONAF

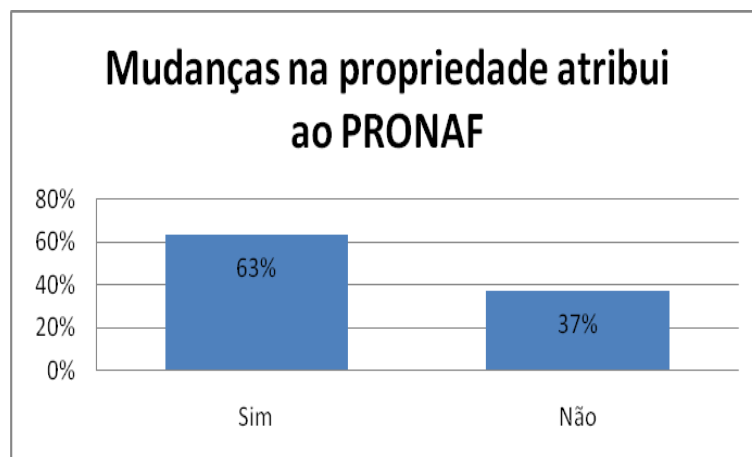
Figura 14 - Após efetuar financiamento a produção.



Fonte: Autoria própria.

Para que fosse possível saber qual é realmente a importância do PRONAF no município, e em especial para os agricultores que utilizaram este modelo de política pública, a figura 14, trouxe resposta a pergunta efetuada aos respectivos agricultores no que tange a produção após a financiamento executado, onde foi constatado que a grande maioria dos agricultores responderam que a produção aumentou graças ao financiamento, que somente desta forma foi possível obter recursos para serem investidos na propriedade, de outra forma, não haveria como aumentar a produção; outra parcela dos entrevistados relataram que não conseguiram aumentar a produção, que permaneceu igual após a execução do financiamento, não conseguiram desempenhar as atividades como fora previsto e por tais razões a produção permaneceu no mesmo patamar anteriormente ao financiamento, enquanto a menor parcela informaram que mesmo com o financiamento não obtiveram êxito na produção, pelo contrário, houve diminuição na produção, ocasionado muitas vezes por dificuldades na forma com que aplicaram os recursos e até mesmo pela influência climática para a produção.

Figura 15 - Mudanças na propriedade atribuídas ao PRONAF?

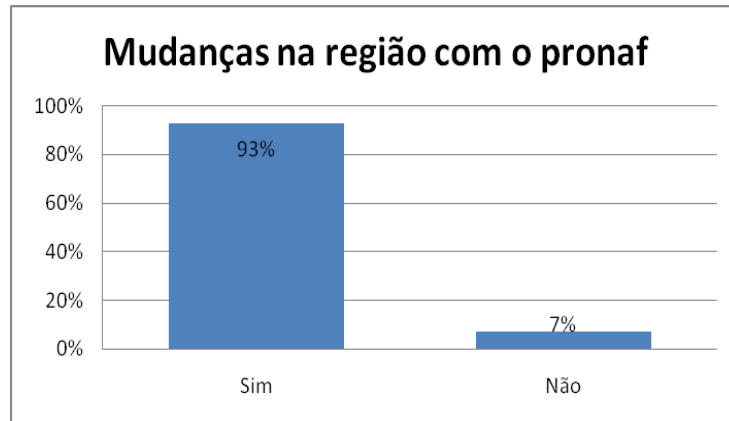


Fonte: Autoria própria.

Outra característica que se faz necessário interpretar e esclarecer ao leitor, é a resposta obtida através da figura 15, o qual demonstra que a maior parte dos entrevistados, atribui ao PRONAF a responsabilidade de melhorias e mudanças nas respectivas propriedades, ou seja, todas as melhorias, as benfeitorias, todas as aquisições para aumentar a produção, são atribuídas ao PRONAF, agora a menor parcela dos agricultores responderam que não atribuem ao PRONAF todas as melhorias que houveram em suas propriedades. Agora quando estes mesmos agricultores foram perguntados se na região em que estão inseridos

houveram mudanças após a criação do PRONAF, o gráfico 15, que está na sequência irá nos esclarecer o que os agricultores constataram.

Figura 16 - - Houve mudanças na região com o PRONAF

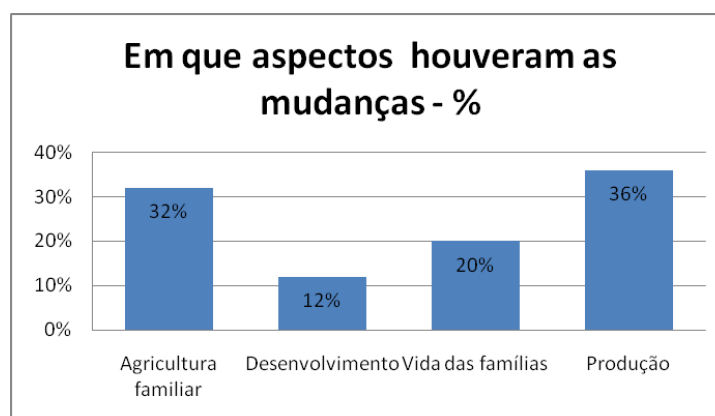


Fonte: Autoria própria.

Através da análise da figura 16, foi observado que dos entrevistados, a grande maioria afirmaram que é notório as mudanças na região depois da criação do PRONAF, no entanto uma pequena parcela destes não atribuem ao PRONAF todos os avanços e melhorias obtidas pelos agricultores na região em que estão inseridos.

É interessante acrescentar que a proporção da figura 15 é maior do que a do 14 como podemos constatar, pois mesmo aqueles agricultores familiares que não tiveram sucesso em seus investimentos, acham que o PRONAF em geral trouxe melhorias a categoria.

Figura 17 - Melhorias com a implantação do PRONAF no município.



Fonte: Autoria própria.

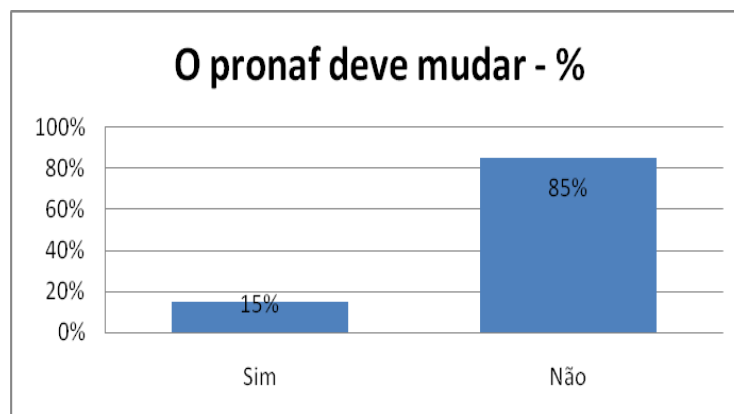
Daqueles que afirmaram que houveram mudanças na região, depois da implantação do PRONAF, a figura 17, descreverá quais foram essas mudanças percebidas pelos agricultores, através do qual foi constatado que a maior parte dos entrevistados apontaram que

a produção está sendo a que mais sofreu mudanças na região, mudanças essas para melhor devido ao aumento da produção, que foi possível produzir mais, com a aplicação de novas tecnologias; uma outra parcela um pouco abaixo dos índices de produção, destacaram que a agricultura familiar se fortaleceu e muito com o PRONAF; o terceiro item apontado na entrevista destacou a mudança na vida das famílias e para melhor após a implantação do PRONAF e por último na pesquisa, os agricultores afirmaram que o desenvolvimento regional também foi marcante para o município como um todo.

Todas as respostas acima elencadas são de suma importância quando fizemos uma análise sobre o PRONAF, muito embora o aspecto mais destacado tenha sido o aumento da produção, as outras características demonstram que o programa trouxe benefícios aos agricultores, como a melhoria na vida das famílias e o fortalecimento da agricultura familiar no município.

3.11 – O PRONAF deve mudar em algum aspecto ?

Figura 18 - Opinião dos agricultores sobre o PRONAF.

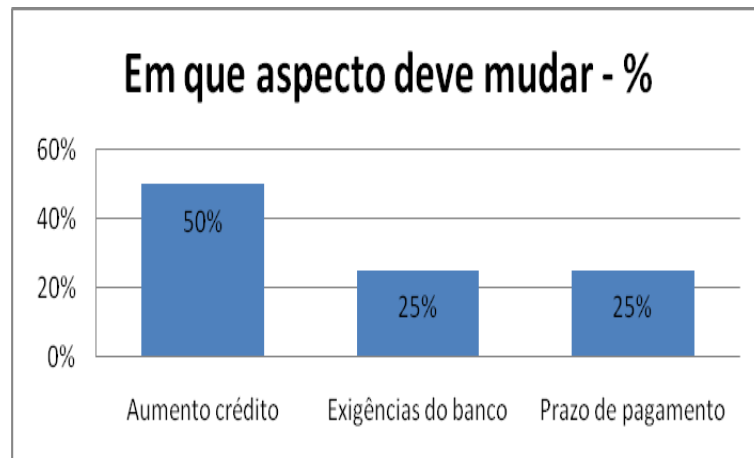


Fonte: Autoria própria.

A figura 18, diz que uma pequena parcela dos entrevistados não estão satisfeitos com a forma com que o PRONAF está funcionando, desejam que haja mudanças em algum requisito necessário para que possam fazer o financiamento, no entanto, a grande maioria dos agricultores disseram que o PRONAF não deve mudar, que as condições e exigências para a captação de recursos está de forma a contemplar as reais necessidades e que é a melhor forma para pagarem o financiamento. Como a amostra foi feita com agricultores que fizeram financiamento através do PRONAF, pode estar ocorrendo casos em que os agricultores não estejam conseguindo ter acesso ao programa.

3.12 – Quais aspectos o PRONAF deve mudar.

Figura 19 - Aspectos apontados pelos agricultores com necessidade de mudança.

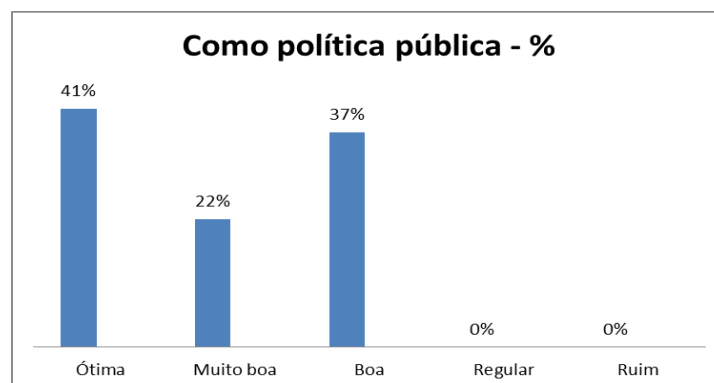


Fonte: Autoria própria.

Os agricultores que opinaram que o PRONAF deve mudar em algum requisito básico, através desta figura 19, os quais são a maior parte dos entrevistados responderam que há a necessidade de aumentar o crédito, afirmaram que desejam que seja revisto este quesito; as outras características apontadas no questionário foram que as exigências por parte das instituições financeiras estão muito além do que consideram ideal; da mesma forma disseram que o prazo de pagamento deve ser ampliado, possibilitando assim mais tempo aos agricultores para que possam quitar os débitos junto aos bancos.

3.13 – Análise do PRONAF como política pública.

Figura 20 - Opinião dos agricultores a respeito do PRONAF como política pública.



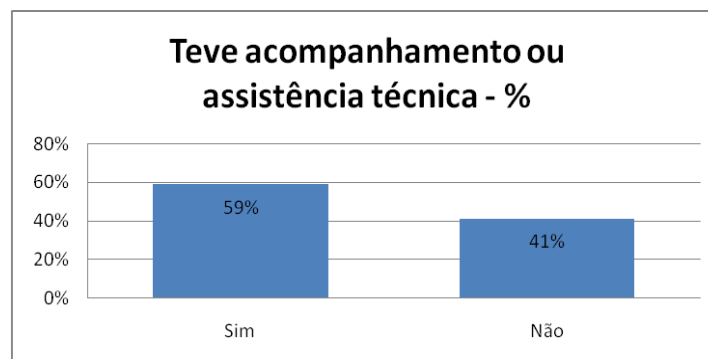
Fonte: Autoria própria.

A figura 20 foi elaborada com base no questionário respondido pelos agricultores que realizaram financiamento através do PRONAF, os quais expuseram suas opiniões acerca do

PRONAF como política pública voltada ao setor que é responsável por gerar riquezas ao país, a maior parte dos agricultores disseram que o programa é ótimo, que contribui para o desenvolvimento do setor; o segundo item mais elogiado opinaram que o programa como política pública é boa e terceiro item que foi observado nas respostas, foi que o programa como política para o desenvolvimento rural é muito boa. Nenhum dos entrevistados respondeu que o PRONAF como política pública é regular ou ruim.

3.14 – Acompanhamento ou Assistência técnica na propriedade.

Figura 21 - Resposta dos agricultores a respeito se tiveram acompanhamento ou assistência técnica na propriedade.

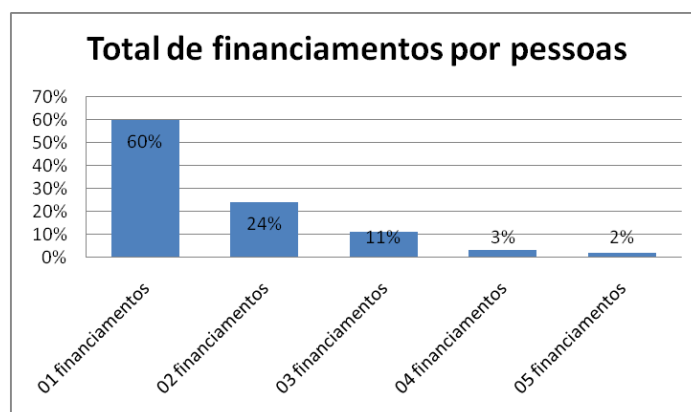


Fonte: Autoria própria.

A figura 21, diz que a maioria dos entrevistados, ou seja, dos agricultores familiares, tiveram acompanhamento ou assistência técnica em suas propriedades, após terem realizado o financiamento através do PRONAF, no entanto, uma parcela respondeu que não teve nenhum tipo de assistência em seus respectivos estabelecimentos rurais.

3.15 – Número de pessoas e número de contratos cadastrados junto a Emater.

Figura 22 - Número de contratos junto a Emater.



Fonte: Autoria própria.

A figura 22 foi elaborada tendo como base os dados fornecidos pela Emater deste município, no qual consta que no período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, foram realizados 345 contratos com a finalidade de fazer financiamento através do PRONAF, sendo que desta relação de pessoas, constata-se que a mesma pessoa efetuou mais financiamentos em seu próprio nome, o que foi analisado e constatado que o número de contratos realizados neste período ficou em 221 agricultores que fizeram contratos e esta figura irá expor a percentagem de financiamentos realizados por uma mesma pessoa, ficando assim distribuído, a maior parcela dos entrevistados havia realizado o financiamento pela primeira vez; o que ficou na segunda colocação que responderam o questionário informaram que haviam feito dois financiamentos através do programa; uma pequena parcela já haviam realizado 03 financiamentos em seu próprio nome e 3% disseram que por quatro oportunidades efetuaram o respectivo financiamento e 2% já haviam feito 05 financiamentos junto as instituições financeiras pelo PRONAF.

3.16 – Índice de endividamento dos agricultores junto às instituições financeiras.

Tabela 1 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2011

Atividade	Contrato	R\$	Inadimplência	%
Custeio	98	2.066.864,00	104.584,00	5,06
Investimento	30	1.105.632,00	71.866,00	6,50
Total	128	3.172.496,00	176.450,00	5,56

Fonte: Banco do Brasil - 2011

Tabela 2 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2012

Atividade	Contrato	R\$	Inadimplência	%
Custeio	68	1.330.090,00	61.184,00	4,60
Investimento	27	497.886,00	24.993,00	5,02
Total	95	1.827.976,00	86.177,00	4,71

Fonte: Banco do Brasil – 2012

Tabela 3 - Nº de contratos, valor e porcentagem de inadimplência por atividade e tipo no município de Dom Pedrito - PRONAF 2013.

Atividade	Contrato	R\$	Inadimplência	%
Custeio	93	1.878.305,00	67.431,00	3,59
Investimento	37	962.222,00	42.337,00	4,40
Total	130	2.840.527,00	109.768,00	3,86

Fonte: Banco do Brasil – 2013

Ao analisar a tabela 1, a tabela 2 e a tabela 3, com os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil, referente ao período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, com informações sobre o número de contratos realizados através do PRONAF no município, bem como os índices de inadimplência por parte dos agricultores que por ora realizaram o financiamento, foi possível constatar, que neste período houve um aporte financeiro destinado aos agricultores no valor total de R\$ 7.840.999,00 (sete milhões oitocentos e quarenta mil novecentos e noventa e nove reais) tanto para a modalidade de custeio quanto para investimentos.

Em relação ao período de 2012 se comparado com o período anterior, constatou-se que houve diminuição nos valores percebidos em 43%, passando da casa dos R\$ 3.172.496,00 (três milhões cento e setenta e dois mil quatrocentos e noventa e seis reais) para R\$ 1.827.976,00 (um milhão oitocentos e vinte e sete mil novecentos e setenta e seis reais).

No entanto, no período subsequente (2013), houve um acréscimo de 64% em relação ao ano de 2012, chegando ao valor percebido na casa de R\$ 2.840.527,00 (dois milhões oitocentos e quarenta mil quinhentos e vinte e sete reais).

Da mesma forma, os contratos obviamente acompanham as oscilações referentes aos valores retirados pelos agricultores que se enquadram nos requisitos para fazer o financiamento pelo PRONAF, percebendo-se que houve uma redução de 26% em 2012 se comparado com o ano de 2011, mas se compararmos o ano de 2013 com o anterior, houve um acréscimo de 27% em números de contrato junto a instituição financeira Banco do Brasil.

No período de 2011 a 2013 foi efetuado junto ao Banco do Brasil 353 contratos pelo PRONAF, porém, o índice de inadimplentes junto a instituição financeira ficou na média de

4,71% ao ano, contabilizando uma dívida dos agricultores no valor de R\$ 372.395,00 (trezentos e setenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais).

As análises em cima das tabelas 1,2 e 3 percebe-se que no ano de 2011, foi o período em que os índices de inadimplência foi o mais elevado, chegando a 5,56%, no entanto se observa que nos anos de 2012 e 2013 respectivamente esses índices passam a ser menores se comparado com o ano de 2011, sendo de 4,71% (2012) e de 3,86%(2013).

Constatou-se também que nesse período de 2011 a 2013, a modalidade de custeio foi o setor em que os recursos foram mais destinados, somando a quantia de R\$ 5.275.259,00 (cinco milhões duzentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais) correspondente a 67% do total de recursos, enquanto que para a modalidade de investimentos foi aplicado o valor de R\$ 2.565.740,00 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta reais) que equivale a 33% do montante.

3.17 - A atuação do PRONAF em Dom Pedrito.

Tabela 4 - N° de contratos e valor por atividade e tipo no município de Dom Pedrito PRONAF 2012

Atividade	Custeio		Investimento		Total	
	Contrato -	R\$	Contrato -	valor	Contrato -	R\$
Agrícola	12	354.964,47	03	97.728,83	15	452.693,30
Pecuária	52	978.420,88	54	680.862,80	106	1.659.283,68
Total	64	1.333.385,35	57	778.591,63	121	2.111.976,08

Fonte: Banco Central – Anuário Estatístico do Crédito Rural - 2012

A tabela 4 demonstra o quanto de valores foi disponibilizado aos agricultores do município de Dom Pedrito, no ano de 2012, para a atividade de custeio e investimento agrícola e pecuária, caracterizando, o alto investimento empregado nestes dois pilares que movimentam a economia do município, proporcionando que haja sem dúvida nenhuma a permanência das famílias na área rural e gerando emprego e renda cada vez maior.

Outra análise que se faz ao comparar a tabela constata-se que os valores utilizados, tanto no que diz respeito a investimento quanto a custeio, estão sendo mais utilizados na pecuária, totalizando 106 contratos firmados contra 15 contratos firmados no setor agrícola, ou seja, o valor médio dos contratos é maior na pecuária do que a utilizada na agricultura.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela surgiu com a finalidade de analisar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no município de Dom Pedrito, em razão de que a economia local é baseada na produção do campo, através da agricultura e pecuária.

Com a realização deste trabalho, constatou-se o grande número de agricultores familiares, que encaminharam solicitação junto às instituições financeiras de modo a receberem recursos com a finalidade de investirem na produção, aquisição de máquinas e equipamentos, compra de animais, compra de insumos, etc...

Primeiramente, há de se esclarecer que todo aquele agricultor familiar que deseja efetuar financiamento através do PRONAF, após dirigir-se até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e preencher a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), dirigir-se-à a Emater para ser realizado um Planejamento Técnico Agropecuário, a partir desse momento, o agricultor familiar encaminhará a proposta a instituição financeira que lhe disponibilizará o crédito solicitado para ser empregado na atividade agropecuária.

O PRONAF é considerado por alguns autores como um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representou a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural. O Programa passou por diversas modificações desde o seu surgimento, em 1996, ampliando o público atingindo e diversificando as linhas de atuação, para adaptá-lo à diversidade da agricultura familiar no país.

A realização do estudo permitiu comprovar que no município de Dom Pedrito a realidade não é diferente, sendo percebido que os agricultores familiares conseguiram investir na produção agrícola e pecuária, na aquisição de máquinas, de equipamentos, etc. O PRONAF permitiu que os agricultores familiares investissem em suas atividades em virtude de disponibilidade de crédito financeiro àqueles agricultores que se enquadrem nas exigências para dispor de financiamentos para ser aplicado em suas respectivas propriedades.

Numa primeira etapa das entrevistas houve a preocupação em configurar o perfil dos beneficiários do programa no município, como por exemplo: idade, número de filhos, grau de instrução, etc. Devido a necessidade de termos ideia a respeito das características do beneficiário e também como forma de se fazer uma previsão em longo prazo de como se

comportará aquela propriedade em razão da idade de seus proprietários, da mesma forma nos retratará a questão de sucessão na propriedade.

Com relação a outras características do perfil dos beneficiários entrevistados foi possível constatar que a maioria apresenta um nível de escolaridade de até primeiro grau; quase metade possui propriedades inferiores a um módulo; a situação de proprietário é a mais comum (52%), mas o arrendamento também é significativo (41%) dos casos; e que na grande maioria dos casos não contratam mão de obra (78%). Estas características estão de acordo com o público alvo do programa, demonstrando que o mesmo encontra-se bem focalizado no município, atendendo produtores que precisam destes incentivos para desenvolver sua produção.

Uma especificidade do perfil dos agricultores no município é a alta proporção de beneficiários que são arrendatários, sendo que esta condição, na agricultura familiar no Rio Grande do Sul, representa só 5,78% das unidades produtivas, segundo o último Censo Agropecuário. Este fenômeno mereceria pesquisas mais aprofundadas.

O PRONAF é um programa que visa estimular os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incentiva as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento, apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores familiares, através de liberação de recursos financeiros que a cada ano aumenta os valores para serem disponibilizados aos agricultores.

Com relação às atividades financiadas no município, 52% dos produtores que fizeram financiamento foi para a pecuária, 33% para a agricultura e 15% para agricultura e pecuária.

Os produtores que tomaram para a pecuária foram em 89% dos casos para a criação de bovinos e ovinos. Entre os cultivos financiados destacam-se a soja e o arroz, responsáveis por 77% dos financiamentos agrícolas. Assim, conclui-se que os financiamentos do PRONAF acompanham o mesmo modelo da agropecuária regional, reforçando a especialização produtiva. Contudo, existem algumas atividades menos difundidas que também foram financiadas pelo PRONAF, como a apicultura e a hortifruticultura.

Estes dados estão de acordo com estudo de Schneider e Gazolla (2013) sobre a atuação do PRONAF onde os autores apontam duas dinâmicas: a) o Programa está financiando as atividades produtivas habituais de grãos e commodities dos agricultores; b) na segunda

dinâmica do Pronaf se observou que este tem estimulado um tipo de desenvolvimento rural que passa pelo efeito benéfico na produção de alimentos básicos e por processos de diversificação da pauta de atividades rurais (os pequenos cultivos e criações) e apoio a pequenas iniciativas agropecuárias, como, por exemplo, a implantação de uma horta, pomar, agroindústrias. Contudo, o segundo tipo de “fortalecimento” que a política gera tem como características centrais ser periférico e secundário, prevalecendo o primeiro que “fortalece” o padrão da especialização produtiva e produção de commodities.

Também foi constatado que o crédito para investimento se orientou fortemente para a aquisição de máquinas e equipamentos (36%). Como observam os autores acima citados, a orientação dos recursos de investimento reforça a mesma lógica do custeio agrícola e vão concentrando-se em somente um uso – no incremento tecnológico no campo, principalmente a partir de 2008, com o PRONAF Mais Alimentos (SCHNEIDER E GAZOLLA, 2013).

De acordo com os entrevistados, o PRONAF trouxe aumento na produção e melhorias na qualidade de vida das famílias que vivem no campo e que possuem a renda com base na agricultura familiar, conseqüentemente reflete positivamente no desenvolvimento social e econômico da região em que estes agricultores familiares estão inseridos.

Numa terceira etapa deste trabalho, ficou caracterizado o grau de endividamento dos agricultores junto ao Banco do Brasil, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, No entanto, os dados referentes ao financiamento em que foi executado através da cooperativa de créditos Sicredi, não foram disponibilizados por aquela instituição para que fizesse parte deste trabalho, onde ficou caracterizado os baixos índices de inadimplência por parte dos agricultores familiares, em geral inferiores a 5%.

Enfim, o PRONAF trouxe melhorias aos agricultores familiares, conforme foi constatado pelo grau de satisfação com o Programa nos questionários respondidos, consideração esta baseada na opinião dos agricultores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. **Estudo da Dimensão Territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

A IMPORTÂNCIA DO PRODUTOR RURAL. Disponível em: <http://www.agrocompras.com.br/a-importancia-do-produtor-rural-no-brasil/>. Acessado em 23 de Janeiro de 2014.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL - PRONAF 2012 – MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2012.

BENEFICIÁRIOS DO PRONAF, são classificados em grupo. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acessado em: 02 de Fevereiro de 2014.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, 2003.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRONOGRAMA. Manual de Normas para Elaboração de Projetos e Monografias – FIO. Disponível em http://fio.edu.br/manualtcc/co/8_Cronograma.html. Acessado em 24 de Fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO ao pronaf o que é: Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page251,8623,8620,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19314>. Acessado em 02 de Fevereiro de 2014.

EMATER/RS (Associação Rio-grandense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural) sede Dom Pedrito/RS.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. Rev. Econ. Sociol. Rural Vol.51 n.1 Brasília Jan./Mar.2013.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. (2002).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

LAKATOS, Eva Marcia. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA NETO, P.C. **PRONAF – Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais: Histórico e Perspectivas para o ano 2000**. Brasília, MDA/SAF, 2000.

MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf*: análise dos indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**, 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1997, 2v, v.2.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 2009.

OLIVEIRA, F. L. **Metodologia de pesquisa e estatística elementar**, São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2011.

ORÇAMENTO. Manual de Normas para Elaboração de Projetos e Monografias – FIO. Disponível em http://fio.edu.br/manualtcc/co/8_Cronograma.html. Acessado em 24 de Fevereiro de 2014.

PRETTO, José Miguel. *Amplitude e restrições ao acesso de Pronaf investimento no Rio Grande do Sul* – um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2005. 129 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MATTEI, Lauro; Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org). **Políticas Públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sergio; A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infra-estrutura e serviços. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath, Paulo Eduardo Moruzzi (Org). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas e agricultura familiar**: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

TOLEDO, A. K. L; OLIVEIRA, I.C. O risco de crédito no Pronaf: a inadimplência na agricultura familiar no município de Santa Izabel do Oeste – PR, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Questionário

1) Nome do beneficiário.

2) Idade do beneficiário.

3) Grau de instrução do beneficiário.

4) Número de filhos do beneficiário.

5) Qual é a localização da propriedade.

6) Qual é o tamanho da propriedade.

7) O estabelecimento rural é próprio ou arrendado.

8) Quantas pessoas da família estão envolvidas no processo produtivo.

9) Possui mão de obra contratada em seu estabelecimento rural.

() Sim () Não

10) Se a resposta for sim.

Quantos. _____

11) A mão de obra contratada é permanente ou temporária. _____

12) Qual o valor que foi financiado através do PRONAF.

13) Já havia feito financiamento através do PRONAF outras vezes.

Sim Não

14) Se a resposta for sim. Quantas vezes.

15) Teve acesso a outro tipo de financiamento antes do PRONAF.

Sim Não

16) Os recursos financiados foram para serem empregados.

Custeio Investimento

17) Se a resposta for custeio.

Comercialização Insumos Pagamento de serviços Outros

Se a resposta for outros. Qual _____

18) Se a resposta for investimento

Compra de animais Compra de terra Instalação e benfeitorias

Máquinas, equipamentos e implementos Cultura perene Outros

Se a resposta for outros. Qual. _____

19) O financiamento realizado é para ser empregado em qual atividade.

Agricultura Pecuária

20) Se a resposta for agricultura. Qual

Arroz Soja Trigo Milho Outras. Qual _____

21) Se a resposta for pecuária. Qual.

Bovino Ovino Suíno Equino Outras. Qual _____

22) Em qual instituição efetuou o financiamento.

Banco do Brasil Sicredi Outros. Qual. _____

23) Teve alguma dificuldade em pagar o empréstimo obtido pelo PRONAF

Sim Não

24) Se for sim a resposta qual foi a dificuldade.

Baixa produtividade Custos de produção

Baixo preço de comercialização Condições de crédito, prazos.

25) Após receber o financiamento pelo PRONAF sua produção.

Aumentou Permaneceu igual Diminui

26) Através do financiamento obtido pelo PRONAF, foi possível a implantação de novas culturas ou novas tecnologias.

Sim Não

27) As mudanças que houveram em sua propriedade, atribui ao financiamento pelo PRONAF.

Sim Não

28) Os produtores familiares da região em que está inserido, estão tendo acesso ao PRONAF.

Sim Não

29) Houve mudanças na região depois da criação do PRONAF.

Sim. Não. Se for sim. Qual.

Na vida das famílias. No desenvolvimento. Na produção.

No emprego. Na produção da agricultura familiar.

30) O Sr (a) acha que o PRONAF deve mudar.

Sim Não.

31) Se a resposta for sim. Em que aspecto.

Aumento do valor de credito Diminuição de juros

Exigências de contrapartida do banco Menos burocracia

Mudança no prazo de pagamento.

32) Os recursos do PRONAF proporcionaram aumento na geração de renda em sua propriedade.

Sim Não.

33) As taxas de juros são consideradas como ideais em sua opinião.

Sim Não

34) O prazo de carência para o pagamento do financiamento é satisfatória.

Sim Não

35) Na sua opinião como o Sr avalia o PRONAF como política pública voltada ao desenvolvimento rural.

Ótima Muito boa Boa Regular Ruim

36) Após efetuar o financiamento, teve acesso a assistência técnica ou acompanhamento de suas atividades em sua propriedade.

Sim Não.